



FERNANDA CRAVIDÃO
LÚCIO CUNHA
PAULA SANTANA
NORBERTO SANTOS
(ORG.)

IMPRESA DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
COIMBRA
UNIVERSITY
PRESS

ESPAÇOS E TEMPOS EM GEOGRAFIA

HOMENAGEM A
ANTÓNIO GAMA

**NOVAS DINÂMICAS DOS TERRITÓRIOS RURAIS:
A PARTICIPAÇÃO LOCAL, O REFORÇO E
DEMOCRATIZAÇÃO DO ESTADO
E DA GESTÃO PÚBLICA**

**Maria Adosinda de Almeida Henriques/
adosinda@drapc.min-agricultura.pt**

Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro

*Trata bien a la tierra, no te la han dejado tus padres, te la han
prestado tus hijos. No heredamos la Tierra de nuestros ancestros, nos
la prestan nuestros hijos.*

(Jefe Seattle¹)

Deixo aqui este texto pelo meu amigo António Gama. Ele faz parte de um grupo de exceção com quem muito aprendi e está profundamente ligado ao percurso de estudo e reflexão que marcou a minha formação como socióloga e como pessoa. O interesse do António pelas questões do território e pelos estudos rurais deu-me o privilégio de o conhecer e com ele partilhar mais do que o seu enorme conhecimento, a sua enorme amizade.

Longe vão os tempos em que a abordagem às questões do território, em particular dos territórios rurais, me começou a remeter para os trabalhos do

¹ Citado em *Declaración de Manila de la Conferencia Internacional sobre Industrias Extractivas y Pueblos Indígenas*, 2009.

António, que conhecia como ninguém estas e outras temáticas. Daí para cá e sobretudo ao longo das últimas décadas os espaços rurais sofreram grandes alterações. Não pretendo aqui analisar estas transformações, apenas reforçar a necessidade de continuar a refletir sobre a dificuldade de adequar os recursos disponíveis à diversidade destes espaços. De facto, apesar das perspetivas territoriais para o desenvolvimento rural terem ganhado perfil de políticas públicas e terem obtido recursos financeiros para a sua realização, a sua aplicação só marginalmente se dirigiu ao reforço da pequena agricultura familiar, deixando de fora os grupos mais necessitados e desorganizados.

Pretendo, assim, retomar a discussão sobre aspetos que continuam a ser desvalorizados na definição e, sobretudo, na execução da política agrícola e rural e reforçar a necessidade de alterar o rumo ou dar consistência às tendências de mudança destas políticas públicas.

Nesse sentido, destaco, sobretudo, três aspetos que me merecem especial atenção na prossecução deste objetivo: a necessidade de valorização da pequena agricultura familiar; de ampliação da participação dos cidadãos nos processos de desenvolvimento rural e local e de reforço da autonomia democrática dos vários agentes locais; e, ainda, o reforço e democratização do Estado e da gestão pública.

As lógicas da diferenciação e a eterna questão da Pequena Agricultura Familiar e da sua (des)valorização

Apesar da pequena agricultura ter um papel inegável nas economias rurais, ela nunca foi central nas políticas públicas em Portugal. A sua importância² e a

² Nas duas últimas décadas a atividade agrícola e florestal no país tem vindo a diminuir. No entanto e particularmente na Região Centro, ela continua a ocupar uma parte muito significativa do território e assume ainda uma importância fundamental no suporte alimentar das famílias, na preservação da paisagem e na proteção da natureza, assim como complementa e se articula com outras atividades não agrícolas, fora e dentro da exploração agrícola. Na área de intervenção da Direção Regional de Agricultura do Centro mais de 90% das explorações com SAU (Superfície Agrícola Útil) são familiares e de pequena dimensão (pequenas ou muito pequenas).

necessidade de privilegiar o apoio a este tipo de agricultura levou a Organização das Nações Unidas (ONU) a declarar o ano de 2014 como *Ano Internacional da Agricultura Familiar*. Mesmo aqui o debate não foi consensual, tendo ficado patente a incoerência das políticas que têm claramente excluído os pequenos produtores da maioria dos programas de apoio ao desenvolvimento do setor agrícola e rural. Esta iniciativa que mobilizou, também em Portugal, um amplo debate sobre o tema, teve a grande virtualidade de colocar de novo a agricultura familiar no centro da reflexão sobre as opções das políticas agrícolas.

“A agricultura transformou-se no plano tecnológico, sofreu um acentuado ajustamento estrutural, as unidades agrícolas especializaram-se e diferenciaram-se, uma grande parte das explorações agrícolas depende agora da articulação das famílias com o sistema social e económico não agrícola”.³ Apesar destas transformações, não se tem mostrado fácil o desenho e definição de medidas de políticas agrícolas adequadas à diversidade dos *mundos rurais*, à pequena agricultura familiar, de modo a colocar estes territórios e as suas populações num lugar central das políticas públicas e, assim, cumprir os objetivos de coesão social e territorial.

É hoje um dado indiscutível que o olhar sobre o rural é bem diferente do passado e “é clara uma tendência para transformar os espaços rurais de agricultura em retração, em espaços de consumo, em espaços de visitação, fruição, em paisagens e experiências” (Fernandes, 2009).

Já nos princípios dos anos 90 Oliveira Baptista referia: “emerge uma questão do espaço autonomizada da agricultura; a sociedade rural assenta cada vez menos na atividade agrícola; esta já não unifica o espaço e a sociedade rural. Desenha-se, assim, a dissociação da agricultura, do espaço e da sociedade rural. Esta é agora uma face marcante do território português” (Baptista, 1993). Acrescentaria, a propósito destas alterações, que apesar disso “ainda não se estruturou uma vida socioecon mica que se sobreponha aos destroços dos anos

³ Intervens o de F. Oliveira Baptista na Sessão de Comemoração dos 30 anos da SPER (Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais).

em que rural era sinónimo de agricultura. O rural já não é agrícola mas ainda não é *outra coisa*” (Baptista, 2011).

Apesar desta constatação, as opções de política agrícola não têm sido no sentido de contribuir claramente para o reforço articulado da diversidade do espaço rural centrado nas pequenas explorações que, como é sabido, constituem a maioria das explorações agrícolas do país. Ao contrário, a maior parte dos recursos disponíveis continuam a ser dirigidos para uma minoria, mais capitalizada, de agricultores.

Muito embora as alterações da sociedade rural sejam reconhecidas por todos, é débil a articulação da problemática da agricultura à problemática da diversidade de modo a dar conteúdo às novas funções do espaço rural. “Se as medidas destinadas à multifuncionalidade forem esvaídas de um enquadramento de apoio sustentado, assente na economia local, os benefícios decorrentes das novas funcionalidades ficam confinados ao *rural para visitar* (o que parece) sem se repercutir no *rural para viver* (o que é)”, acabando por desaparecer (Figueiredo, 2009).

O facto de o mundo rural e agrícola ser hoje profundamente influenciado por objetivos de natureza não-diretamente produtiva, em que é essencial construir uma forte representação social do fenómeno da diferenciação, implica políticas de intervenção no espaço rural que assinalem as especificidades locais, socorrendo-se de mecanismos de valorização de produtos tradicionais e de recursos produzidos e irrepetíveis, como são a paisagem, os modos de vida e sociabilidade e os recursos patrimoniais de vária natureza. Ora é aqui que políticas dirigidas à agricultura familiar têm um importante papel a desempenhar de modo a que esta valorização beneficie diretamente os produtores e quem vive e habita nesses espaços e não seja, apenas, em proveito de quem os visita.

Se as políticas de integração europeia puseram na ordem do dia estas lógicas de diferenciação dos espaços rurais, ao mesmo tempo que as dimensões produtivas da política agrícola se foram alterando substancialmente, elas só marginalmente têm contribuído para alterar as condições de vida das populações rurais. Contrariamente, o que tem acontecido é que os setores chamados *menos competitivos* têm ficado maioritariamente fora dos apoios necessários à

sua revitalização. Os casos de sucesso em algumas atividades ou regiões não foram suficientes para inverter uma situação de desequilíbrio face ao mundo não rural.

Com efeito, os programas intitulados de desenvolvimento rural, apesar de integrarem alguns mecanismos de apoio no sentido de dar resposta às novas solicitações decorrentes da nova perspetiva e discurso sobre o rural, não se mostraram suficientes para constituir recursos para novas formas de negócio, consumo, produção, identidade de base local e que possam, também, integrar camadas mais débeis das populações rurais que têm sido sistematicamente arredadas das políticas públicas. Isso implicaria a integração do conjunto dos grupos e organizações locais para o diagnóstico e planeamento estratégico e participativo do desenvolvimento local, ordenando a partir daí a organização de programas e projetos, e a definição de orçamentos para o desenvolvimento (Rover e Henriques, 2007).

“Importa que as políticas se orientem não para destinatários idealizados, mas sim para os destinatários reais que decidem e agem no terreno. O problema tem a maior relevância prática, uma vez que uma soma vultuosa de recursos tem sido canalizada nas duas últimas décadas para projetos de desenvolvimento rural e local, sem ter em conta a heterogeneidade dos públicos e as diferenças de recursos e de poder. Historicamente envolvidos em atividades agrícolas, com menor organização para o mercado e, certamente, mais necessitados de apoios para a produção de novas alternativas para o seu desenvolvimento económico, os agricultores familiares, de perfil supostamente menos empreendedor, ficaram maioritariamente à margem do acesso aos apoios comunitários” (Hespanha, 2003).

Isto mesmo é reconhecido na *Declaração de um Grupo de Economistas Agrários* apresentada à comunicação social em Bruxelas no ano de 2009. Segundo esta declaração “o princípio de coesão conferiu à UE um papel de ajuda às regiões menos favorecidas para desenvolverem o máximo do seu potencial. O desenvolvimento rural pode integrar essas políticas em áreas remotas e subpovoadas, mas os programas de desenvolvimento rural da atual PAC (Política Agrícola Comum) não são dirigidos, prioritariamente, para as áreas com necessidades

mais prementes nem para os agricultores com mais baixos níveis de rendimento, nem se integram, habitualmente, numa visão abrangente e coerente de desenvolvimento local⁴.

É, assim, evidente a necessidade de um esforço institucional de discriminação positiva dos grupos menos favorecidos no conjunto das políticas públicas de desenvolvimento local e não apenas em políticas de carácter social.

Na medida em que as atividades agroflorestais, com especial destaque para as associadas à pequena agricultura familiar, de que aqui se cuida, são ainda determinantes em grande parte dos territórios, até pela ausência de outras, tendo uma importância elevada na economia e no emprego e também na preservação do ambiente e da biodiversidade, é urgente mudar a conceção de gestão do território e implicar as políticas públicas nessa mudança.

Reis, a propósito da sua abordagem sobre as políticas do território, autonomiza “a que se dirige aos espaços de baixa densidade, aqui entendida não apenas como baixa densidade demográfica mas essencialmente como rarefação socioeconómica” e realça a importância de também este território qualificado como território de baixa densidade dever “ser na mesma sujeito de políticas e elemento de coordenação de atores. Claro está que a estas políticas presidem fins próprios: estruturação territorial, organização e valorização de recursos específicos, definição de condições de bem-estar e acesso a padrões gerais de sociabilidade, qualificação institucional (...). É justamente na medida em que estes espaços são espaços de articulação do conjunto do território e lugares onde tem de ser garantido o acesso dos cidadãos que aí residem a serviços de natureza universal que eles são relevantes para as políticas públicas” (Reis, 2015).

⁴ Declaração de um *Grupo de Economistas Agrários de Primeira Linha*, “Uma Política Agrícola Comum orientada para os Bens Públicos Europeus” (apresentada à comunicação social em Bruxelas, em novembro de 2009).

A urgência da ampliação da participação das populações nos processos de desenvolvimento rural e local e a necessidade de reforço e democratização do Estado e da gestão pública

Continua, assim, atual a reflexão sobre o papel do Estado, por um lado, e, por outro, a forma de *governança local* que possibilite e garanta uma maior capacidade de organização e autonomia das populações locais para formular as políticas e as estratégias organizativas no sentido do seu desenvolvimento futuro.

A constituição de modelos autónomos de gestão das políticas territoriais é apresentada como o ponto de estrangulamento nas discussões da teoria democrática participativa. Isto ganha particular ênfase no que se refere à relação entre Estado e Sociedade Civil no rompimento com modelos centralizadores de construção das políticas públicas, de modo a superar o favorecimento de grupos organizados com interesses específicos e, pelo contrário, beneficiar os grupos mais desorganizados e vulneráveis.

Existe um amplo consenso relativamente à necessidade da participação dos agentes destinatários das políticas na construção de processos de planeamento do desenvolvimento local, por distintas razões: por preocupações democráticas, ou por procurar maior eficácia nos processos de gestão local. A participação tornou-se um "lugar-comum" no discurso de diversas lideranças políticas e sociais locais. Importa saber, no entanto, se estas motivações de ampliação da participação apontam para uma maior autonomia das pessoas e grupos locais ou para a manutenção de práticas de dominação política e económica.

É neste contexto que entendo que o papel dos vários agentes e atores locais, quer seja perante as políticas de integração europeia, quer na relação com o Estado, não deve reduzir-se a uma relação de simples absorção das políticas estatais mas sim de negociação efetiva a partir dos interesses locais. Ao nível de representação, deverão integrar e ampliar os interesses da população do território local, nomeadamente as franjas mais débeis e com menor capacidade de organização. Este deverá ser o sentido da sua atuação, sobretudo quando se trata da gestão de políticas públicas destinadas às regiões e territórios desfavorecidos.

Em Portugal, uma política europeia de desenvolvimento rural que valorizasse o rural, promovesse os seus elementos diferenciadores, contra a homogeneização e especialização a que a política agrícola se tinha reduzido, tinha de ter uma base, carecia de interlocutores organizados localmente (Henriques, 2001), papel que as Associações de Desenvolvimento Local (ADL) desempenharam, embora nem sempre tenham conseguido integrar a representação dos grupos e atores locais tradicionalmente arredados destes processos, como é o caso dos rurais mais ligados à pequena agricultura que, por norma, têm menos capacidade organizativa e negocial.

Assim, em muitos territórios locais, o esforço de concertação político-institucional junto das populações e organizações para construir consensos relativamente a estratégias de desenvolvimento regional e definir projetos prioritários nesse sentido tem-se revelado precário. Autonomia como luta política implica, em cada organização, lutar pelo seu espaço político-institucional nos processos de desenvolvimento e não apenas desempenhar o papel de “extensão do Estado”. Não raras vezes foi este o papel assumido por essas entidades, aliás incentivado pelo próprio Estado numa lógica de privatização de serviços que a ele deviam competir. Embora em articulação com os agentes locais, o Estado não se deve demitir do papel fundamental que lhe cabe na regulação e monitorização das políticas, sobretudo quando se trata de setores mais carenciados do apoio público.

As últimas décadas têm vindo a demonstrar a necessidade de uma maior participação da comunidade nas causas comuns mas, também, de “uma participação muito mais significativa do Estado que, com as suas fragilidades, ainda constitui o melhor instrumento de coordenação dos esforços sociais de que dispomos. Mas se trata de um Estado muito mais regulador do conjunto dos esforços da sociedade” (Dowbor *et al.*, 2010), o que implica também o reforço e democratização do Estado.

Uma nova governação que seja participativa “implica que no espaço público a boa gestão se consegue por meio da articulação inteligente e equilibrada do conjunto dos atores interessados no desenvolvimento (*stakeholders*). É uma gestão que busca ‘responder’, ou ‘corresponder’ aos interesses que diferentes

grupos manifestam, e supõe sistemas amplamente participativos, e em todo o caso mais democráticos (...), além da ampliação da transparência de todos os processos” (*idem, ibidem*). Como acentuam estes autores, “a eficiência é medida não só no resultado, mas no processo” (*idem, ibidem*).

Igualmente, Hespanha refere que “contrariamente às conceções neoliberais que têm vindo a inspirar muitas políticas públicas, o papel regulador do Estado nesse processo de desenvolvimento continua a ser decisivo para evitar que aumentem as desigualdades sociais e a segregação social entre o espaço urbano e o espaço rural ou entre as diferentes componentes do espaço rural (...) o papel regulador do Estado deve assentar num tipo de intervenção diferente, mais descentralizada e mais partilhada, capaz de envolver na discussão e descoberta de soluções os diferentes atores sociais, desde as autarquias, as associações, as organizações voluntárias e outras instituições locais (...) e, obviamente, o cidadão comum” (Hespanha, 2003).

O direito a participar não deve, por isso, ser interpretado apenas como ideal democrático, mas também como um mecanismo que garanta maior eficácia e efetividade dos processos de desenvolvimento local. Através de uma participação ao nível da decisão e integrada por amplos contingentes da população local, é possível aproveitar o *saber-fazer*, o conhecimento detalhado da realidade e a vontade de agir dos atores sociais locais.

Efetivar dinâmicas autónomas de desenvolvimento local implica ampliar a capacidade dos sujeitos sociais, para se constituírem também eles como sujeitos autónomos. Deste modo, esta participação não deve ser apenas consultiva e delegativa mas, sim, assumir-se como uma participação ativa, para não se reproduzirem – ainda que de forma subtil – novos processos de dominação (Rover e Henriques, 2006). É importante que este debate sobre as formas de participação e representação de interesses não fique à margem do discurso oficial sobre o desenvolvimento rural.

A experiência passada e o reconhecimento de que as políticas públicas são fundamentais para a criação de condições para o desenvolvimento, remete-nos para a necessidade de ultrapassar a dificuldade em “gerar iniciativa autónoma, mobilizar os recursos locais e criar confiança” (Hespanha, 2003). “O problema

tem a maior relevância prática uma vez que uma soma vultuosa de recursos tem sido canalizada nas duas últimas décadas para projetos de desenvolvimento rural e local, sem que a heterogeneidade social dos públicos, as diferenças de recursos e de poder, a trama das redes e dos grupos de interesses, o historial dos episódios de cooperação e de conflito tivessem sido tidos em conta ou constituído um problema” (*idem, ibidem*).

É, portanto, evidente a necessidade de um maior controlo sobre o uso e gestão dos recursos públicos aplicados em cada local/região e sobre a gestão do processo de desenvolvimento. No entanto, mais do que controlo, afinal, a gestão deve compor-se também de planeamento, direção e organização, o que torna necessária a constituição de processos mais efetivos de gestão social do desenvolvimento local. Como afirma Hespanha, “há necessidade de um agente legitimado para mobilizar e mediar as ações dos intervenientes, que garanta a expressão equilibrada de interesses, que evite a sobreposição de atuações e que vele pela melhor utilização de recursos” (Hespanha, 2000). A meu ver, a falta de mecanismos de coordenação, dado que a gestão destes processos pelos vários agentes locais que operam nos territórios rurais, sobretudo nos anos mais recentes, não se tem mostrado suficiente, evidencia a necessidade de reforço e intervenção do Estado. O próprio Conselho Económico e Social (CES) refere que o papel do Estado passa também pela criação de condições de diálogo entre as suas instituições e a sociedade (CES, 2008).

A construção de um desenvolvimento local com autonomia passa também pela identificação de necessidades e interesses comuns entre diferentes atores socioeconomicamente fragilizados e a sua organização para a satisfação destas necessidades e interesses. Postular a mobilização da sociedade civil não é apenas estabelecer entidades capazes de receber tarefas de gestão descentralizadas pelo Estado, mesmo que o façam com maior eficiência. É sobretudo criar capacidade de autonomia no conjunto dos atores individuais e coletivos locais, abrindo espaços para novos experimentalismos (Santos e Avritzer, 2002), gerando criatividades e iniciativas, “contra o desperdício da experiência” (Santos, 2000).

O aprofundamento da democracia política, social ou económica – e pensar estas dimensões em conjunto no âmbito local –, pressupõe a democratização

e descentralização do Estado, novas práticas de participação ativa dos(as) cidadãos(ãs) em espaços públicos estatais ou civis, além de garantir que pessoas e grupos que ainda não se constituíram como atores protagonistas do seu desenvolvimento tenham espaço para tal. A criação de uma diversidade enorme de associações não correspondeu ainda à expressão de um setor verdadeiramente autónomo, pois está-se frequentemente perante o tratamento privado de objetivos públicos (Henriques, 2001). Espera-se, portanto, que o Estado seja parte ativa e integrante no processo de regulação de uma sociedade em crise e que se ressentida cada vez mais da desregulação a que tem sido sujeita pelo papel de passividade a que os poderes públicos se têm remetido.

Todas estas questões, fruto da reflexão e estudo destes temas, feita sobretudo por um conjunto notável de Autores com um conhecimento profundo da sociedade rural e dos quais, aqui, apenas citei alguns de entre eles, realçam a importância da investigação em áreas como a Economia Agrária e Sociologia Rural. No entanto, aos estudos rurais, que tiveram entre nós grande desenvolvimento a partir, sobretudo, de finais da década de 70 continuam, ainda, a colocar-se grandes desafios.

J. Reis atribui “à agenda de investigação de finais de setenta princípios de oitenta sobre o rural uma preocupação mais metodológica e problemática do que disciplinar ou setorial”. Acrescenta que “os seus efeitos (mais ou menos fracos, mais ou menos fortes) repercutiram-se tanto na leitura que queríamos fazer da sociedade portuguesa, quanto na que queríamos fazer dos meios rurais e das atividades agrícolas” (Reis, 2001).

Como outrora, em que “nos estudos rurais se concentraram preocupações e interesses cujo significado e amplitude ultrapassavam em muito a própria matéria empírica” (*idem, ibidem*) também agora só indo além dos estudos setoriais se conseguirá uma melhor compreensão da complexidade e diversidade dos problemas que se colocam a estes territórios no sentido do seu desenvolvimento.

Importa, por isso, aproximar cada vez mais a investigação da prática técnica de modo a que os resultados dessa investigação influenciem a definição, gestão e desempenho das políticas públicas. Só assim, a meu ver, estudar e investigar estas realidades faz sentido. Não deixa de ser inquietante que, apesar da evidência

dos estudos rurais, decorridas quatro décadas, grande parte destas preocupações continuem a ser desvalorizadas.

Atrever-me-ia a dizer que precisamos, como o António tão bem soube fazer, de “olhar o mundo, ler o território, viajar pelos mapas”. E, quem sabe, ele nos possa dizer como é, afinal, *Portugal Visto do Céu*.

Referências bibliográficas

- A common agricultural policy for European public goods. Declaration by a group of leading agricultural economists* (2009) [acesso em 10 de março de 2016; disponível em www.reformthecap.eu/posts/declaration-on-cap-reform].
- Baptista, Fernando Oliveira (1993). *Agricultura, espaço e sociedade rural*. Coimbra: Fora do Texto.
- Baptista, Fernando Oliveira (2011). Os contornos do rural. In Figueiredo, E. (coord.geral), *O rural plural: olhar o presente, imaginar o futuro*. Castro Verde: 100LUZ.
- Dowbor, Ladislau; Sachs, Ignacy & Lopes, Carlos (orgs.) (2010). *Riscos e oportunidades em tempos de mudança*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire; Fortaleza, CE: Banco do Nordeste do Brasil.
- Fernandes, A. M. (2009). O discurso urbano de reinvenção da ruralidade: da crise à construção de um ideal consumível. Comunicação apresentada no *IV Ciclo Anual Jovens Cientistas Sociais*, CES, Coimbra.
- Figueiredo, E. (2009). Ser rural ou parecer rural? Representações rurais e urbanas do ambiente, do desenvolvimento e da ruralidade. Comunicação apresentada na Conferência *Territórios de Baixa Densidade em Tempos de Mudança*, 20 e 21 de março de 2009, Proença-a-Nova.
- Henriques, M. A. (2001). Uma alternativa associativa para o desenvolvimento rural? *1.º Congresso de Estudos Rurais*, Vila Real, 16 a 18 de setembro de 2001.
- Henriques, M. A. (2002). Globalização e integração diferenciadora dos espaços rurais. In Reis, José & Baganha, Maria Ioannis (orgs.), *A economia em curso: contextos e mobilidades*. Porto: Afrontamento.
- Henriques, M. A. (2011). Presente e futuro do desenvolvimento rural-territorial. Novas formas de governação na programação para além de 2013. In Figueiredo, E. (coord.geral), *O rural plural: olhar o presente, imaginar o futuro*. Castro Verde: 100LUZ.
- Hespanha, P. (2000). Problemas sociais em espaço rural: políticas e atores. In *Estudo de avaliação contínua do PIC LEADER II* (volume de anexos). Lisboa: DGDR/GEOIDEIA/IESE.
- Hespanha, P. (2003). Os estudos rurais e a economia agrária. Novas oportunidades e desafios à investigação. Conferência na sessão plenária do *V Colóquio Hispano-Português de Estudos Rurais "Futuro dos Territórios Rurais numa Europa Alargada"* Bragança, 24 de outubro de 2003.
- Reis, J. (2001). Observar a mudança: o papel dos estudos rurais. *Oficina CES*, n.º 165, novembro 2001.
- Reis, J. (2015). Território e políticas do território. A interpretação e a ação. *Finisterra*, L(100), 2015, pp. 107-122.

- Rover, O. & Henriques, M. A. (2006). O programa LEADER e a sua relação com a sociedade civil local. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 75, pp. 117-137.
- Santos, Boaventura de Sousa (2000). *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. Porto: Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa (2002). *Democracia e participação: o caso do orçamento participativo de Porto Alegre*. Porto: Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa & Avritzer, Leonardo (2002). Introdução: para ampliar o cânone democrático. In B. S. Santos (org.), *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- União Europeia, Comité Económico e Social Europeu (2009). Parecer sobre a necessidade de uma ação concertada a nível da EU para reforçar a sociedade civil em zonas rurais, com particular destaque para os novos Estados-Membros. *Jornal Oficial da União Europeia* (2009/C 175/07), pp. 37- 42.